

## COLONIALISMO, SUBDESENVOLVIMENTO E FOME EM JOSUÉ DE CASTRO

Maria José de Rezende\*

### *Introdução*

A construção de uma reflexão acerca do tabu da fome constituiu-se um marco importante nas análises de Josué de Castro (CASTRO: 1961, p.45-7)<sup>1</sup>. Ao iniciar suas discussões demonstrando que existem alguns assuntos interditos - e que esta proibição tem fundamento sociocultural - ele acenava para uma primeira tentativa de problematização sociológica da fome ao buscar desvendar as razões do predomínio de uma inconsciência que atingia tanto os famélicos quanto os que não o são. Se no mundo atual vigia uma espécie de desconcerto diante do não-acesso de uma parcela da população aos alimentos necessários à sobrevivência, cabia fazer as seguintes indagações: por que os homens de ciência, os governantes, os políticos e as lideranças mundiais não se pronuncia-

vam em relação a fome? Por que as implicações políticas e sociais desta última não eram abordadas publicamente?

Em *Geopolítica da fome* ele argumentava que se sedimentou na cultura moderna a idéia de que a fome, tal como o sexo, é algo vergonhoso. Todas as nações escamoteiam-na. A ciência, de modo geral, também recusava estudá-la de modo efetivo. Esconde-se a fome como um tema proibido (Castro, 1961; Castro, 1984). As ciências físicas e sociais discutiam significativamente as guerras e as epidemias, mas não a desnutrição aguda e a crônica, o que potencializava uma crescente inconsciência sobre esta última, numa dimensão frutificadora do desconhecimento das causas, das consequências e dos efeitos desse fenômeno social sobre um expressivo contingente populacional.

“Vários fatores determinaram essa conspiração do silêncio em torno do fenômeno da fome. O primeiro obedece a um princípio de ordem moral. Sendo o fenômeno da

\* Doutora em Sociologia pela USP, Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: wld@rantac.net

fome (tanto a fome de alimentos como a fome sexual) fundamentalmente um instinto primário, apresentava-se ele como algo de chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procurava por todos os meios impor o predomínio da razão sobre os instintos, na conduta humana. Considerando o instinto como o animal e só a razão como o social, a nossa civilização vem tentando, embora sem resultado, negar sistematicamente o poder criador dos instintos, tratando-os como forças desprezíveis" (Castro, 1961, p.47-8).

A fome revelava o que a cultura racionalista insistia, desde o século XVIII, em apagar: os instintos primitivos. A civilização européia, por exemplo, fundada na idéia de controle de todos os impulsos naturais, não admitia a existência da fome naquele continente. Estava implícita nessa conduta uma crença na superioridade sobre os demais povos. A prova incontestável da não-evolução da América Latina era, para os idealistas da cultura racional, dada pela exposição de seus impulsos bestiais.

Romper com esse silêncio moral era o primeiro passo para abrir um amplo debate sobre a fome. Somente assim esta última seria problematizada e enfrentada como uma tragédia social que atingia uma cifra significativa de indivíduos em todos os continentes. Josué de Castro, ao longo de sua vida, voltou todos os seus esforços acadêmicos e políticos para demonstrar que toda e qualquer possibilidade de mudança adviria de um amplo processo de conhecimento e de ação.

A "consciência da fome" contribuiria para a eliminação de um tabu gerador de uma apatia e de um distanciamento que funcionavam como uma forma de negação da fome que abatia milhões de indivíduos no Brasil e no mundo. Todos tentavam escondê-la, inclusive os que com ela conviviam quotidianamente. Josué de Castro deixava evidente em seus escritos que tornar a fome visível, dar a ela um lugar de destaque nas reflexões acadêmicas e nas

atuações no interior de organismos nacionais e internacionais era uma forma de buscar soluções - mesmo que parciais num primeiro momento - para um problema social que assolava a humanidade. Seus escritos (Castro, 1932; 1933; 1935; 1935a; 1937; 1959; 1961; 1967; 1968; 2001) e suas ações ajudaram a construir uma consciência da fome a partir dos anos 30s.

Antônio Cândido afirma que "um dos traços mais positivos do nosso tempo é o que se pode denominar de 'consciência da fome', isto é, a convicção mais ou menos generalizada de que há muita fome no mundo, que boa parte das populações não pode se alimentar de maneira conveniente e que isso não é fatalidade ou castigo (...), mas fruto de uma organização social insatisfatória, que concentra renda numa extremidade e priva a outra dos recursos mínimos" (Cândido, 1999, p.6).

Tanto a leitura das obras de Josué de Castro (1908-1973) e a análise de suas atuações em diversas organizações, como, por exemplo, na Sociedade Brasileira de Alimentação, no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, na FAO (Food and Agriculture Organization) e na ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome) quanto também seus pronunciamentos no parlamento como deputado em duas legislaturas (1955/58 e 1959/62), revelam empenhos e investimentos, em diversas frentes e instâncias (Silva, 2000, 1998; Minayo, 1985; Magalhães, 1997; Tobelem, 1974), objetivando despertar nos diversos setores sociais uma consciência capaz de gerar e de valorizar planos de ações voltados para a efetivação de projetos de combate a fome nas diversas regiões do mundo. Isso somente seria possível, a seu modo de ver, se as autoridades governamentais nacionais e internacionais, os homens de ciência, as camadas dominantes e o povo em geral tomassem conhecimento das causas e das conseqüências da fome<sup>2</sup>. Isso era, para Castro, essencial para que fossem sendo esboçadas possibilida-

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

des de atuações efetivas e substancialmente modificadoras do quadro de desnutrição vigente no Brasil e o no mundo.

### 1- Fome, colonialismo e superpopulação

A crítica de Josué de Castro à teoria da superpopulação (Malthus, 1996; 1996a) de Thomas Robert Malthus (1766-1834) foi a base de seu intento de caracterizar a fome como fenômeno social, ou seja, como fruto de um padrão de organização social, econômico, político e cultural que tinha relação com o crescimento populacional, mas que não se explicava inteiramente através deste último como queria o economista inglês. A fome não poderia ser atribuída somente ao crescimento ilimitado da população, segundo Castro, uma vez que, dependendo do modo de distribuição da renda ou da riqueza, poder-se-ia ter o aumento da fome mesmo sem haver explosão demográfica.

O crescimento populacional pressionava menos as economias humanas no sentido da escassez de alimentos do que a ânsia por lucros ilimitados sempre voltados para a acumulação e para a guerra. Questionando a teoria de Malthus centrada na tese de que a pressão da população sobre os recursos disponíveis é que potencializaria situações de escassez alimentar, Josué de Castro assinalava que este era um modo de naturalizar a fome através da cristalização de uma mentalidade segundo a qual não havia nada que as sociedades e os governos pudessem fazer para revertê-la.

E por que Josué de Castro rechaçava inteiramente em seus livros *Geopolítica da fome*, *Ensaio de biologia social* e *Geografia da fome* as teses de Malthus e as de seus seguidores? Para o pensador brasileiro era inadmissível que a desnutrição fosse atribuída a elementos que a rigor pareciam imutáveis e de absoluta responsabilidade dos próprios setores famélicos. Para ele, as causas da não-alimentação adequada não estavam, como queria Malthus nas "taxas de mortalidade e taxas de natalida-

de sem controle (que) prometiam empurrar o crescimento populacional muito além do que os recursos da terra poderiam oferecer" (Levine, 1997, p.275).

As pressuposições de Malthus desenvolvidas no século XVIII eram vistas por Josué de Castro como uma fértil matriz teórica que embasava, no século XX, "as descrições de esgotamento de recursos finitos da terra em virtude da explosão da população do mundo" (Levine, 1997, p.275), teses estas que tomavam fôlego nos escritos dos neomalthusianos (William Vogt e F. Osborn, por exemplo)<sup>3</sup> que transferiam para as massas humanas todas as responsabilidades pela própria miséria (Castro, 1961, p.66; 1959, p.131-159; Vogt, 1951; Osborn, 1965).

Tanto as explicações de Malthus quanto as de seus seguidores tinham que ser tomadas, segundo Castro, como expressão de quadros de tensão social oriundos de mudanças significativas no modo de organização da sociedade moderna. No século XVIII a revolução industrial teria suscitado um amplo debate acerca do empobrecimento da população, do qual teria participado Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e, posteriormente, Karl Marx (1818-1883)<sup>4</sup>. No âmbito dessa discussão estavam os escritos de Malthus que esvaziavam os conteúdos sociais das causas da miserabilidade ao tentar dar uma resposta à crescente pobreza através de prognósticos que automatizavam crescimento populacional e escassez de recursos.

Josué de Castro argumentava em *O espantinho malthusiano* (Castro, 1961) e em *Malthus e o caminho da perdição* (Castro, 1959) que havia uma tendência, em meados do século XX, de atribuir a fome aos próprios famintos (Black, 1965; Bates, 1965; Sears, 1965). "O faminto passa fome porque é faminto-nato (...), como o criminoso na antiga teoria lombrosiana<sup>5</sup> (que) rouba e mata por ser criminoso-nato" (Castro, 1961, p.66). Pressuposições desta natureza tinham, segundo ele, um caráter

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

puramente fatalista. A refutação da teoria da superpopulação deveria, então, ser feita através de uma análise que pusesse em evidência que os responsáveis pela fome não eram os famintos, mas sim os defensores e beneficiadores de uma economia imperialista. Em *Ensaio de Biologia Social*, ele afirmava que os líderes das maiores economias mundiais não faziam outra coisa a não ser jogar nas costas dos pobres as causas dos desequilíbrios mundiais. Mas a pergunta que deveria ser feita àqueles primeiros era a seguinte: o que tinham eles feito para combater a fome e a pobreza no mundo? A resposta seria: Nada<sup>6</sup>.

Suas obras objetivavam, assim, refutar as previsões apocalípticas que geravam indisposições em combater a fome nos diversos âmbitos da vida social (poder público e sociedade civil). A indiferença e o catastrofismo eram, quase sempre, filiados ao neomalthusianismo que não via possibilidade de aumentar e de distribuir mais equitativamente a produção de alimentos no mundo. Era como se a expansão e a repartição dos recursos de subsistência já estivessem em seu limite máximo (Castro, 1961, p.69).

As pressuposições de Josué de Castro de que as lideranças políticas mundiais tinham formas de intervir e resolver, ao menos em parte, as condições de miséria, de esgotamento da terra, de baixa produtividade agrícola, etc., evidenciavam-se em sua insistência em abrir caminhos capazes de refutar todo tipo de fatalismo<sup>7</sup>. Este último potencializava posições políticas que inibiam o florescimento de ações voltadas para a reversão das condições de fome. Isso levava a uma inércia generalizada dos governantes do mundo todo, os quais ficavam numa posição cômoda que era alimentada pelos homens de ciência defensores das teses de que o problema da fome era fatalmente insolúvel. Ganhava fôlego uma visão fundada na desnecessidade de agir.

As ciências naturais e sociais, pelas razões expostas anteriormente, teriam, en-

tão, um papel fundamental no desmantelamento das perspectivas apocalípticas. Isso ocorreria à medida que os cientistas produzissem diagnósticos corretos que elucidassem, de fato, os fatores produtores da fome. O autor de *Geografia da fome* afirmava que era necessário buscar não somente as razões morais, mas também as razões políticas do processo de omissão das causas e conseqüências da fome. Desvendar os interesses econômicos colonialistas orientadores de uma prática que “faz da produção, da distribuição e do consumo de alimentos algo dirigido no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade” (Castro, 1961, p.50) não tinha sido, até meados do século XX, algo que preocupasse, de fato, os homens de ciência.

O colonialismo teria que ser estudado através de sua política expansionista fundada numa industrialização que submetia regiões inteiras a condições de fome e de miserabilidade. Ele dava como exemplo a situação da Índia que foi esmagada pela tragédia da fome no século XIX pela política colonial inglesa, ou seja, 20 milhões de pessoas teriam sucumbido por falta de alimentos em 30 anos (Castro, 1961, p.50).

Se na literatura alguns poucos escritores traziam à tona as condições de permanência da fome até mesmo na Europa e nos EUA<sup>8</sup>, na ciência a maioria dos escritos só se ocupava da evolução e do progresso. A razão da recusa das ciências físicas e humanas em problematizar a fome sob todos os seus aspectos e conseqüências tinha que ser buscada na dificuldade latente de enfrentar um de seus maiores desafios que podia, segundo Castro, ser sintetizado da seguinte maneira: Por que a técnica e o progresso não revertiam as condições de miserabilidade e de fome que atingiam diversos grupos humanos? Enfrentar esta questão era, na verdade, admitir que a evolução científica e o progresso técnico-industrial não eram, de fato, para todos.

Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro

Maria José de Rezende

Assistia-se, deste modo, no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX, um silenciamento da ciência sobre a fome que revelava, segundo Castro, que aquela em todas as áreas, inclusive humanísticas, não tinha, de fato, interesse pela humanidade como um todo. Nessas condições, as duas teorias sobre a fome que ganharam terreno foram: a que apresentava a fome como algo sem solução em razão de seu caráter natural (solos não-férteis, clima, topografia, etc.) e a que se atinha na necessidade de controle das taxas de natalidade como única forma de combater a desnutrição aguda e crônica no mundo (Castro, 1961, p.59).

Em determinadas regiões do mundo a escassez de alimentos tem que ser pensada, não somente, mas também em consequência das condições físicas e naturais. No entanto, argumentava ele que essas últimas não seriam suficientes para explicar sozinhas a espiral de fome que assolavam comunidades inteiras. Na maioria das vezes as condições climáticas, por exemplo, agravavam mais e mais as carências alimentares das populações mais pobres, mas não podiam ser responsabilizadas isoladamente pelas impossibilidades de suprir as necessidades alimentares básicas.

Nos livros *Sete palmos de terra e um caixão* e *Geografia da fome*, Castro afirmava, ao analisar as condições de vida no nordeste brasileiro, que a desnutrição assolava não somente as zonas da seca, mas também aquelas onde chovia frequentemente. "Porque a verdade é que a fome de que sofrem os habitantes dessa região do nordeste não é produto de fatores naturais, mas exclusivamente de causas artificiais, todas oriundas do complexo econômico do latifúndio açucareiro (...). A análise das expressões e manifestações de fome do nordeste serve para comprovar que Sorokin tinha razão ao afirmar que a fome, como expressão de calamidade social, é raramente um produto de fatores naturais, sendo, via de regra, provocada por circuns-

tâncias socioculturais que tornam a sociedade incapaz de obter com seu trabalho os necessários recursos alimentares" (Castro, 1967, p.55-6; Sorokin, 1975).

Não era possível, então, problematizar a fome no mundo sem indagar sobre o modo de ação colonialista e imperialista dos países do hemisfério norte, os quais definiam padrões de acumulação de riquezas que potencializavam as condições de fome em uma parte significativa dos países latino-americanos, africanos e asiáticos. No entanto, não bastavam, em sua concepção, as críticas estéreis ao imperialismo. Era necessário propor efetivamente ações que resultassem num envolvimento e num compromisso que enlaçassem os diversos países (ricos e pobres) no combate à fome. Este deveria ser um dos pontos de partida de toda e qualquer mudança social que se desejasse.

A vitória sobre a fome não era a solução definitiva para todos os problemas e dilemas que as sociedades subdesenvolvidas enfrentavam. Era um primeiro passo que tornaria possível todos os demais, objetivando melhorias que deveriam atingir a educação, a saúde física e mental, a produtividade, etc. O aumento da produção, a expansão da agricultura, o emprego de novas técnicas, a utilização racional dos solos e dos alimentos, dentre outros procedimentos, estavam na base das políticas dos organismos internacionais - (entre eles destaque-se a FAO/ONU, da qual ele teria sido delegado, pelo Brasil, na conferência de 1947, membro do comitê executivo permanente de nutrição e presidente no período de 1952 a 1956 e a Ascofam da qual ele fora também presidente)<sup>9</sup> - que tinham como objetivo melhorar a qualidade de vida dos povos empobrecidos.

Josué de Castro concebia estes organismos internacionais como uma forma de pôr limites às políticas imperialistas que vigiam no pós-guerra. Suas reflexões e suas ações tinham como problema básico, apesar dele não ter problematizado explicitamen-

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

te desse modo, o fato de que a sociedade moderna se propôs a trazer o progresso social; portanto, era inconcebível a permanência da fome crônica. No mundo atual havia desenvolvimento técnico e riquezas suficientes para eliminar os quadros de desnutrição presentes em diversas regiões do mundo. Os controladores mundiais da acumulação deveriam ser convencidos, pelos homens de ciência, da necessidade de financiamento de projetos de curta e de média duração que visassem solucionar paulatinamente o problema da fome crônica e aguda.

Não havia, de sua parte, o entendimento de que somente nas sociedades modernas existiam amplos setores famélicos. O seu questionamento ia no sentido de que o tipo de organização social que tomou forma a partir do século XVIII baseada na industrialização, na técnica, na ciência e na crescente consciência da desigualdade social (Castro, 2001; 1959; 1968) possuía todas as condições, mais do que em qualquer outro momento da história da humanidade, para traçar planos viáveis e para executá-los em favor de uma parcela da população que tem suas possibilidades de pleno desenvolvimento individual e social subtraídas em razão do estado constante de subalimentação. As carências vitamínicas e protéicas são apresentadas por ele, ao longo dos livros *Geopolítica da fome* e *Geografia da fome*, como fonte de inúmeros fenômenos sociais fundados no misticismo e na violência.

Em alguns momentos dessas obras, Josué de Castro tentava combinar a análise histórica e a biológica para explicar a vida social. Ele afirmava: "No decorrer deste trabalho (*Geopolítica da fome*) teremos ocasião de chamar a atenção para certos fenômenos sociais, tais como o do bandidismo e o do misticismo mórbido<sup>10</sup>, de certas áreas atrasadas do mundo, o das revoluções episódicas de outras áreas, o da prostituição e depravação moral - tudo isso como consequência mais ou menos direta

dos efeitos dissolventes da fome aguda, sobre o equilíbrio mental e a integridade da pessoa humana" (Castro, 1961, p.143).

Segundo ele, se os países ricos contribuísssem com os organismos internacionais no combate à fome, eles saberiam em pouco tempo que não havia raças tristes, raças violentas, raças incivilizáveis, raças apáticas, raças preguiçosas, etc., como faziam crer comumente algumas análises não somente estrangeiras, mas também brasileiras (Paulo Prado, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, etc.). Existem, sim, povos famintos que podem ter a conduta e o comportamento continuamente transformado sob a condição de fome (Castro, 1961, p.139).

No entanto, os elementos históricos ganhavam supremacia em suas reflexões que se norteavam pela seguinte compreensão do processo social: "O fato de que uma área de tão grandes possibilidades naturais seja ocupada por nações economicamente secundárias não é consequência direta nem de inferioridades raciais nem de ações dissolventes do meio. Não é mal de raça nem de clima. É mal de fome. A fome tem sido, através dos tempos, a peia que entrava sempre o progresso latino-americano. (...). E a fome vem de longe. Desde os primórdios da descoberta destas terras, decorrendo do seu passado - da história de sua colonização e exploração econômica mal conduzidas" (Castro, 1961, p.160).

No âmbito de uma perspectiva histórica, Josué de Castro procurava demonstrar que a fome teria sido produzida socialmente na América Latina ao longo de um processo de colonização direta que durara séculos. No entanto, não era somente este sistema colonial que vigorou nos séculos XVI, XVII e XVIII o responsável pelo não-progresso do continente. Havia, também, principalmente a partir do século XX, uma outra forma de exploração colonial, o imperialismo norte-americano, que estaria travando, através de inúmeras ações, o desenvolvimento econômico nesta região do mundo (Castro, 1961, p.213).

Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro

Maria José de Rezende

Procurando precisar as razões da persistência da fome na América Latina ele insistia, num primeiro momento, que estas estavam ligadas diretamente à primeira forma de colonização que aqui aportou, e, num segundo, à "política de exclusiva defesa estratégica e econômica dos interesses" (Castro, 1961, p.213) imperialistas. No entanto, a persistência da fome e da pobreza não se devia somente à dominação estrangeira. Havia uma combinação de fatores internos e externos que destruíam as possibilidades de qualquer plano de desenvolvimento econômico distributivo de rendas. O colonialismo moderno e antigo de um lado e, de outro, a monocultura e o latifúndio.

"A fome reinante nas terras sul-americanas é uma conseqüência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente - o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo, etc.. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na mono-exploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região" (Castro, 1961, p.190).

Em *Sete palmos de terra e um caixão*, ele se ocupava inteiramente de demonstrar como se constituiu historicamente, no Brasil, uma economia voltada para a monocultura e para o latifúndio, os quais foram minando durante séculos a possibilidade da policultura, da versatilidade e da criatividade econômica. A exploração colonial e a petrificação do latifúndio teriam sido os ingredientes suficientes para implodir qualquer possibilidade de progresso social (Castro, 1967, p.141; 1968). A persistência da fome crônica torna-se um desdobramento quase que inevitável deste processo.

Não se deveria supor, todavia, que so-

mente a colonização ibérica teria plantado a semente da desnutrição crônica no continente latino-americano. Josué de Castro demonstrou em suas obras que a fome sempre esteve presente em outros regimes coloniais. O inglês, por exemplo, poderia ser tomado como referência de que a essência de todo processo de domínio de um país sobre o outro é a potencialização da fome e da miserabilidade em larga escala. Ele afirmava: "A escassez de alimentos e as deploráveis condições de nutrição das Índias Ocidentais britânicas são conseqüências diretas de defeituoso sistema de exploração colonial que os ingleses desenvolveram nessas terras. Exploração baseada na monocultura da cana-de-açúcar, num exclusivismo e num extremismo monopolizador que não encontra paralelo na exploração monocultora de qualquer outro produto e nem mesmo na monocultura da cana levada a efeito por outros colonizadores" (Castro, 1961, p.218-9).

No que tange ao aprofundamento das condições geradoras da desnutrição crônica, a política colonial inglesa não diferiu, em várias partes do mundo, do sistema de colonização ibérico. O capitalismo mercantil se alimentava da monocultura fornecedora de matérias-primas, o que equiparava todo tipo de exploração que as diversas metrópoles colocavam em prática nos mais diferentes espaços geográficos. No caso da Índia, por exemplo, a fome coletiva lá existente tinha a ver, obviamente, com o baixo rendimento agrícola, com a precariedade do processo produtivo, com o sistema de arrendamento e com motivos religiosos. "As condições de vida na Índia derivam da evolução natural de sua primitiva organização social, de tirania dos antigos brâmanes dominando despoticamente os componentes das outras castas" (Castro, 1961, p.326). No entanto, é inegável que "grande responsabilidade cabe aos ingleses, por terem contribuído em larga escala para a sua manutenção" (Castro, 1961, p.326).

E de que maneira a colonização ingle-

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

sa contribuiu tanto para petrificar as condições de fome e de miserabilidade já vigentes em larga escala na Índia quanto para introduzir novas formas de exploração potencializadoras da pobreza e da desnutrição crônica e aguda? A possibilidade da Índia se modernizar estava significativamente delineada no século XVIII através da industrialização têxtil que ali se desenvolvia. A Inglaterra empenhou-se de modo brutal e violento para destruir este processo de evolução da economia hindu. Ao aniquilar esta última, condenava a população a situações de fome absoluta.

Josué de Castro considerava que não somente a industrialização hindu foi sufocada pela colonização inglesa, mas também a agricultura, a qual não se modernizou porque os interesses da metrópole eram plenamente atendidos sem que houvesse qualquer investimento para retirar a economia agrícola de sua precariedade. Partindo do pressuposto de que a luta contra a fome deveria contemplar, nos países periféricos, a combinação do desenvolvimento industrial e agrícola, ele ressaltava que os processos coloniais agiam nessas duas frentes empurrando para longe qualquer possibilidade de brotar uma reorganização social que fosse capaz de dismantelar os bloqueios que se iam sedimentando durante séculos.

Se, na Índia, a Inglaterra voltou-se, principalmente, para o estabelecimento de feitorias comerciais (Castro, 1961, p.327), em outras regiões tais como América Central e Sul dos EUA ela se empenhou em sedimentar a monocultura. Em seu entendimento, a exploração baseada nesta última era o principal defeito da política colonialista. Em alguns momentos, então, fica a impressão de que os agravantes desse sistema de domínio econômico seriam resultados diretos dos defeitos no sistema de exploração. Desse modo, pode-se entender que os efeitos maléficos do colonialismo adviriam, principalmente, de seus defeitos. Mas seria possível um regime colonial adequado? Ou um menos defeituoso? Não se encontra em

suas análises qualquer interpretação nesse sentido, uma vez que todos os processos coloniais que foram, por ele, analisados (América do Sul e Central, África e Ásia) centraram o processo de produção em bases que praticamente aniquilaram os países dominados.

Josué de Castro argumentava que o sul agrário e escravocrata norte-americano era uma prova cabal de que a colonização baseada na monocultura levava à instalação da fome em escalas significativas. Ele afirmava que a colonização inglesa se empenhou em transformar o Sul dos EUA em um completo sistema de produção de matérias-primas. Assim as propriedades vão-se alargando de modo descomunal. Em 1619, instala-se ali a escravidão negra como forma de trabalho nessas propriedades. Baseado em Gunnar Myrdal (1898-1987), Castro afirmava que após a escravidão foi colocado em prática um sistema de arrendamento, denominado também de semi-escravidão, que completou naquela região o círculo de fome e de miséria (Castro, 1961, p. 236; Myrdal, 1960; 1967).

Observe-se, no entanto, que o colonialismo não era, segundo ele, o único responsável pela existência da fome no mundo. Ao trabalhar as condições de subalimentação na Ásia, ele demonstrava que a escassez de solos para agricultura, a extrema pulverização das propriedades, a não-utilização dos potenciais geográficos e dos recursos naturais, entre outros fatores, também têm que ser estudados para se compreender a desnutrição crônica que tem estado presente, há séculos, no extremo oriente. No caso da China, por exemplo, "se a estrutura primitiva da economia chinesa se apresentava como o mecanismo ideal para a eclosão da fome coletiva, os contatos com a civilização ocidental e suas influências, longe de atenuar, agravaram ainda mais a situação" (Castro, 1961, p.295).

## 2- Fome, subdesenvolvimento e desenvolvimento

Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro

Maria José de Rezende



Ao problematizar O subdesenvolvimento e a mudança no Brasil, Josué de Castro revelava as características sociais da fome, o que lhe permitia vislumbrar no auge do entusiasmo desenvolvimentista que “a fome não se resolve apenas com crescimento econômico e que é possível crescer com bolsões de fome. O mundo pode apresentar superávits de produção de alimentos e ainda assim ter populações famintas. Castro afirmava que a industrialização, que era a maior preocupação da década de 1950, não resolveria por si só a questão da fome” (Soares, 1998, p.8).

A partir de experiências de industrializações, como a do Japão, que não resolveram as condições de fome crônica de uma parte expressiva da população (os operários daquele país, por exemplo, foram submetidos a regimes de extrema carência alimentar entre o final do século XIX e meados do século XX), Josué de Castro questionava a tese de que a industrialização pudesse ser tomada como solução para os quadros de desnutrição. Isto não significa, no entanto, que ele não se situasse no âmbito das perspectivas que partilham de uma compreensão positiva dos processos de modernização. A solução era, para ele, o desenvolvimento tecnológico, a formação técnico-profissional, a introdução de novos modos de produzir na agricultura e a expansão das indústrias.

Suas reflexões acerca do subdesenvolvimento revelavam uma crença na ciência, na técnica, na educação, na indústria, no aumento da produção agrícola, na expansão dos mercados, entre outros, como forma de mudança social e política. Ele questionava os processos de modernização defeituosos (aqueles que não geravam empregos, não se ocupavam da agricultura e da reversão da concentração de terras e de rendas) e não a modernização em si mesma. Josué de Castro avesso a qualquer pessimismo conservador (Mannheim, 1986) - que se assenta na descrença da possibilidade de modificar o curso do processo

social - insistia que cabia às lideranças políticas (dos países ricos e pobres), aos homens de ciência e às organizações internacionais empenhar todos os seus esforços para reverter os quadros de subdesenvolvimento que eram responsáveis pela fome na América Latina, África e Ásia em meados do século XX. Seus textos, conferências e ações junto à FAO e à Ascofam ressaltavam a necessidade de construir outras perspectivas de futuro para a humanidade como um todo.

Nas Ciências Sociais um contraponto a esta perspectiva de Josué de Castro pode ser feito através da obra de Barrington Moore Júnior. Em *Reflexões sobre as causas da miséria humana e sobre certos propósitos para eliminá-las*, num capítulo intitulado *Da fome, trabalho, injustiça e opressão*, este último questionava a possibilidade de que as revoluções industriais, e a ciência pudessem ser otimizadas em relação à solução das diversas formas de manifestação da miséria humana. Esta última teria efeito mantenedor da ordem moral e social, daí a dificuldade de que houvesse empenhos políticos no sentido de, ao menos, amenizar, os seus tipos mais drásticos. “Este, é preciso avisar, não é um argumento baseado numa concepção da natureza humana como imutável, base freqüente do pessimismo conservador. É, na verdade, um argumento histórico e sociológico” (Moore Júnior, 1974, p.68-9), o qual teria sido desenvolvido, por ele, na obra *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

O autor de *Geopolítica da fome* reconhecia que havia inúmeras dificuldades de construção de empenhos duradouros e definitivos para amenizar as condições de miserabilidade às quais a humanidade estava submetida. No entanto, havia, em seu entender, homens de ciência e de ação capazes de romper com uma ordem moral e social indiferente às causas da fome e aos efeitos dessa última sobre os povos do mundo todo.

Josué de Castro procurava demonstrar

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

que a fome não era produto exclusivo da sociedade capitalista<sup>11</sup>. Ao discutir a fome na África, por exemplo, ele destacava que já na antiguidade havia registros de fome naquele continente. Todavia, ele partilhava de uma “tradição crítica influente que deriva de Marx (que se fundava na idéia de que) a humanidade teria (condições) (...) de resolver o problema da escassez, ou pelo menos teria atingido um grau de conhecimento técnico suficiente para resolvê-lo num curto espaço de tempo” (Moore Júnior, 1974, p.59). Essa perspectiva otimista transparecia em seus escritos acerca da possibilidade de superação do subdesenvolvimento e de sua característica principal: a fome.

Ao supor que não havia mais qualquer razão para a existência de povos famélicos ele supunha que existiam no século XX todas as possibilidades para a amenização num primeiro momento e, para a extinção, num segundo, das condições produtoras da desnutrição aguda e crônica. As pressuposições de Josué de Castro iam no sentido contrário aos argumentos que insistiam que não dava para ser otimista já que havia “gente em demasia” (Moore Júnior, 1974, p.59) no mundo. O pensador brasileiro recusava as teses segundo as quais era utópico pensar em um processo de modernização que elevasse o padrão de vida dos contingentes populacionais famintos.

Diferentemente dos escritos de Castro, a obra *Reflexões sobre as causas da miséria humana*, de 1970, insistia que a humanidade estava num beco sem saída quanto às possibilidades de resolver a miserabilidade. Naquela última, Barrington Moore Júnior dizia: “Não faz muito tempo, a maioria de nós que estudávamos vários aspectos do que é vagamente denominado crescimento econômico, ou, mais geralmente, modernização, um termo que enfatiza os aspectos sociais, políticos e psicológicos desse processo, supunha que o processo estender-se-ia, mais cedo ou mais tarde, ao resto do mundo, de uma forma ou de outra. Parece-

me agora que tal suposição precisa de um novo exame” (Moore Júnior, 1974, p.61).

Os livros de Josué de Castro nas décadas de 1950 e 1960 criticavam a noção de que a modernização espriar-se-ia naturalmente por todos os países subdesenvolvidos. Ele já destacava naquele momento que o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos poderia ser tão defeituoso quanto o processo de colonização que aqui se estabeleceu. Portanto, modernização não significava solução para a fome crônica e/ou estrutural (Singer, 1985, p.51) que assolava os diversos países do continente. E isso não era um problema somente da América latina, pois o exame detalhado das condições de industrialização em países de outros continentes (Ásia e Europa, por exemplo) revelavam que estes não tinham também resolvido, em sua totalidade, a fome. Ele mencionava a situação alimentar do Japão entre as últimas décadas do século XIX e meados do XX e a da Hungria, da Polônia, da Romênia e da Bulgária nos anos de 1930, 1940 e 1950.

Do mesmo modo que a fome coletiva era um fenômeno social que não estava presente somente nos continentes recém-colonizados, mas também nos demais, a desnutrição endêmica fazia parte das civilizações modernas e das antigas, já que os quadros de desigualdade, de miséria e de servidão persistiam em todo mundo. Josué de Castro afirmava que até o surgir da modernidade não se pensava na possibilidade de eliminação da fome. Teria sido exatamente o desenvolvimento da técnica, da ciência e da industrialização que criara todas as condições para que a fome e a miséria fossem extintas (Castro, 1961, p.466).

O desenvolvimento econômico e industrial teria propiciado uma produção em larga escala; portanto, bastava estender para a maioria os benefícios da abundância gerada pelo capitalismo. Segundo ele, havia recursos suficientes para que todos os indivíduos tivessem alimentação adequada. Não era mais possível sustentar a tese de que prevalecia a escassez na era moderna.

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

Na antiguidade não era possível sequer o aproveitamento correto dos recursos naturais. A precariedade imperava de modo irreversível. Isso não se passava, evidentemente, na idade moderna que se voltava para a criação de métodos cada vez mais sofisticados de explorar todas as formas de expandir a produção na agricultura e na indústria.

O problema não era, dessa forma, de escassez de recursos alimentares, mas de má distribuição. Dessa maneira era necessário tanto ajustar melhor o homem à terra quanto ampliar a produção em massa. O que não seria por si só a solução, já que a desigualdade econômica não permitia uma divisão dos bens de consumo de primeira necessidade. Isso impossibilitava o acesso de um grande contingente populacional aos meios de nutrição adequados para uma vivência sem fome.

Josué de Castro afirmava que uma parte expressiva dos homens de ciência e dos líderes políticos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, encarregam-se de difundir a idéia de que a fome é uma mera fatalidade contra a qual nada se pode fazer. A economia para aqueles que advogam esta tese é somente um jogo onde uns ganham e outros perdem. Ele argumentava que esse modo de pensamento que se cristalizou na contemporaneidade estava na essência do não-desenvolvimento de ações contra a miséria e a fome. A economia, afirmava ele, tem que ser "instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra para que ninguém possa no nosso tempo, defini-la, como o fez em tom amargo Karl Marx, (...) como sendo a ciência das misérias humanas" (Castro, 1961, p.467-8).

Cabia também às ciências econômicas a revisão desse modo de enaltecer o processo de produção/distribuição como parte de um jogo em que a grande maioria da população sai sempre perdendo. As ciências agrícolas, as sociais e as químicas tinham também que reagir criticamente à baixa produtividade, à não-extração de to-

das as potencialidades da terra, à ausência de métodos modernizantes na agricultura, à concentração da propriedade rural, à monocultura, etc.. Romper-se-ia, desse modo, com as análises exclusivamente voltadas para atribuir ao crescimento populacional as causas da fome. Esse último era fato, mas cabia às ciências naturais e sociais uma união de esforços no sentido de suprir a demanda alimentar que ganhava dimensões cada vez maiores em todo mundo.

Ele insistia, porém, em que o aumento da produtividade por meio de novas tecnologias oriundas do progresso científico não tinha como se efetivar no plano puramente técnico, já que este exige políticas de acesso à educação que tome possível aos indivíduos manejarem novos recursos de produção. "Dentro dessas contingências políticas, o problema da vitória contra a fome ultrapassa os limites da capacidade dos homens de ciência e dos técnicos" (Castro, 1961, p.494). Daí a importância da ação política envolvendo lideranças partidárias, organizações internacionais e todas as forças sociais em favor do direito à alimentação, à terra, ao trabalho e à educação (Castro, 1967).

A condição de subdesenvolvimento empurrava os países a um círculo de constante baixa produtividade. Fazia-se necessária uma ação paralela de aumento desta última com a facilitação do acesso aos produtos alimentares para aqueles setores famélicos. Caso se fechassem em suas situações de não-progresso tecnológico e científico e de não-inserção na economia mundial, as nações periféricas estariam condenadas à miserabilidade e à pobreza crescente (Castro, 1967). "Para extirpar a fome da superfície da terra, é necessário, pois levantar os níveis de produtividade dos povos ou grupos marginais, integrando-os, através do progresso econômico, na comunidade econômica mundial" (Castro, 1961, p.496). Isso, no entanto, era, para ele, completamente diferente de aliar-se a um imperialismo mais interessado em construir bombas atômicas do que em combater a fome (Castro, 1959, p.170).

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

Josué de Castro demonstrava que havia muitas similitudes entre o colonialismo que aportou na América Latina a partir do século XVI e o imperialismo moderno. Ou seja, as formas de ações econômicas dos países desenvolvidos reafirmavam a não-reversão das políticas coloniais. Em meados do século XX, a FAO, segundo ele, teria elaborado um plano de ação que visava criar as condições para a superação dessa estrutura colonial que ainda prevalecia entre os países centrais e os periféricos. As principais medidas visando criar uma economia de cooperação universal cujo objetivo era alavancar as regiões subdesenvolvidas eram: possibilitar que os produtos das economias atrasadas tivessem acesso ao mercado norte-americano; potencializar a produtividade dos países desenvolvidos; gestar políticas de investimentos contínuos desses últimos nas nações pobres (Castro, 1961, p.502). Somente políticas econômicas multilaterais poderiam suspender as relações ainda coloniais em vigor e assim criar novas perspectivas para o terceiro mundo<sup>12</sup>.

Construir uma economia mundial equilibrada era condição básica para intensificar as ações voltadas para melhorar as condições de vida em todo o mundo. Somente através da emancipação colonial de fato e da reciprocidade econômica entre as diversas nações é que seria possível ocorrer uma "mudança radical na estrutura social do mundo" (Castro, 1961, p.504). A segurança alimentar estaria, então, na base de um progresso fundado na dignidade humana, o qual representava a possibilidade de construir uma civilização, de fato, nova, distinta de todas as demais que já existiram. Como afirmava Milton Santos, Josué de Castro era um autêntico possibilista<sup>13</sup> (Santos, 2001, p.29) que acreditava firmemente na função social da ciência e na ação política progressista como impulsionadoras, por excelência, da mudança social (Castro, 1959, p.146).

Segundo ele, as descobertas científicas

que levam à destruição da humanidade (a energia atômica, por exemplo) eram rapidamente colocadas em prática. Era necessário que os cientistas lutassem de modo incansável para que as descobertas a favor da vida fossem também implementadas. "Por enquanto, a ciência tem sido apenas um mito - o novo mito no qual se concentram as mais ardentes esperanças de uma grande parte da humanidade" (Castro, 1959, p.150).

**2.1. Combatendo as desigualdades e o subdesenvolvimento em várias frentes**

No artigo *O papel da juventude na reconstrução do mundo* (1959), Josué de Castro destacava a necessidade de chamar a atenção dos jovens para os problemas da miserabilidade e da pobreza que assolavam o mundo e, assim, comprometia o futuro de toda a humanidade. A inquietação da juventude, na década de 1950, relacionava-se, segundo ele, a um processo de tensão social que ganhava contornos cada vez mais nítidos. Diante desse quadro, os jovens tinham que ser orientados e instigados a tomar conhecimento "das possibilidades e dos perigos inumeráveis que estavam contidos no bojo de suas vidas" (Castro, 1959, p.152).

Os educadores e os homens de ciência de modo geral deveriam desenvolver planos de ação voltados para o envolvimento da juventude na solução dos problemas atinentes ao subdesenvolvimento. A desigualdade, a fome, a miserabilidade deveriam ser apresentadas aos jovens como fenômenos sociais que os envolviam diretamente. Eles deveriam ser orientados no sentido da construção de ações coletivas. E como isso poderia ser feito?

A educação de base era um caminho plausível para alcançar tais objetivos, já que possibilitaria atingir indistintamente a todos num amplo projeto de educar para viver e não somente para a ilustração vazia, para o saber descomprometido com a mudança social. "Educação das massas no sentido de permitir-lhes uma melhor utilização das possibilidades que o mundo oferece

Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro

Maria José de Rezende

às coletividades humanas, para satisfazer suas necessidades biológicas e sociais" (Castro, 1959, p.154).

O combate ao subdesenvolvimento deveria ser feito também através da implementação de uma educação voltada para os problemas do terceiro mundo. Os jovens deveriam tomar conhecimento das causas da pobreza, da miserabilidade e da fome. Deveriam eles compreender que os seus desassossegos tinham razões sociais e não-individuais. Criar-se-iam, desse modo, formas de inserção das novas gerações em ações propositivamente voltadas para o combate às desigualdades destruidoras de seus futuros. Josué de Castro de maneira entusiasmada afirmava que em meados da década de 1950 estava ficando cada vez mais evidente que os povos subdesenvolvidos estavam cientes das causas de seus problemas.

Todos os homens de pensamento que conheciam as razões da estagnação econômica latino-americana deveriam incumbir-se de conscientizar os jovens sobre elas, visto que cabia à juventude realizar as mudanças sociais por virem, as quais teriam que abrir caminho para o florescimento de uma era progressista que desafiaria os valores e os sistemas culturais. Castro contava fundamentalmente com os homens de ciência para que as mudanças ocorressem. Não com todos evidentemente, uma vez que a maioria era "conservadora e ortodoxa e uma minoria, (...) progressista e heterodoxa" (Castro, 1959, p.162).

Josué de Castro não supunha, porém, que bastavam a conscientização dos jovens e a ação propositiva de uma minoria progressista para resgatar os países subdesenvolvidos do atoleiro em que se encontravam. Daí a sua defesa da atuação da ONU na formulação e na implementação de planos de ação para os países pobres. Ele partia do pressuposto de que a condução do desenvolvimento econômico tinha que ser feita internamente, ou seja, no âmbito nacional, mas deveria haver um organismo internacional que intervesse em favor do

terceiro mundo, buscando uma cooperação externa. Para ele, não havia possibilidade de romper com o atraso sem a ajuda externa.

Ele justificava esta sua posição da seguinte maneira: "A escassez de poupanças internas e a necessidade de investir suas disponibilidades em bens de consumo para satisfazer as necessidades básicas de suas populações impacientes por elevar seus padrões de vida torna bem difícil aos países subdesenvolvidos sair por seus exclusivos esforços do atoleiro econômico em que jazem enterrados. Por maiores que sejam esses esforços eles se anulam diante de obstáculos quase intransponíveis, ligados à instabilidade de mercados para seus produtos primários e às dificuldades de obter divisas para o equipamento técnico de sua economia" (Castro, 1959, p.167).

Mas as atuações dos organismos internacionais (FAO, UNESCO, UNICEF) estavam sendo, até então, capazes de reverter essa situação? Ele reconhecia que não, porquanto faltava empenho dos países desenvolvidos em contribuir com aqueles projetos de melhoria dos padrões de vida das populações mais pobres. O combate à fome, ao analfabetismo e à miséria era essencial para que os países periféricos caminhassem para o progresso, assinalava Josué de Castro.

Mas no âmbito da política nacional o que deveria ser feito para iniciar uma caminhada rumo à superação do atraso? Em primeiro lugar, argumentava ele, era necessário um investimento maciço em programas de produção de alimentos e de educação para tornar a população apta para lidar com o progresso técnico, pois sem aquela primeira, a segunda não surtiria o efeito desejado. Duas outras medidas seriam: o investimento na ciência e na tecnologia e a disponibilização de capital para investimentos que trouxessem avanços através da geração de emprego e da ampliação do consumo<sup>14</sup>. O modo como o Estado administrava o capital social era também fundamental na constituição de uma economia que levaria ao desenvolvimento social.

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

A condição de subdesenvolvimento somente seria superada através de um projeto de nação que tivesse em suas linhas básicas a distribuição de rendas, o aumento da produtividade, a correção dos desníveis regionais, a superação do arcaísmo na agricultura e na forma de propriedade rural e o estabelecimento de um equilíbrio econômico entre a produção agrícola e a produção industrial. Em seu entendimento, a geração das condições para criar uma economia humanizada era o grande desafio que cabia tanto aos países desenvolvidos quanto aos subdesenvolvidos.

As nações ricas e industrializadas teriam que se conscientizar da necessidade de investir na humanização da economia mundial, o que era, sem dúvida, um problema, pelo fato de elas voltarem seus recursos para a criação de armamentos e para uma militarização crescente. Todavia, “os estudos realizados pelas agências especializadas das nações unidas mostraram que os países subdesenvolvidos necessitam, anualmente, pelo menos de um fluxo de capital de cerca de 15 bilhões de dólares, para manter um desenvolvimento econômico e social desses países” (Castro, 1959, p.226). Observe-se que este texto foi escrito em 1954. Os dados referem-se, então, àquele momento.

Imbricavam-se, assim, dois desafios principais, em meados do século XX: 1)- reverter a indisponibilidade dos países desenvolvidos em investir em projetos de combate à fome e à miséria no terceiro mundo e 2)- aumentar a produtividade agrícola e industrial nos países pobres conjuntamente com a implementação de projetos distributivos da renda gerada por esse processo. As organizações internacionais, os homens de ciência e as lideranças políticas progressistas de todo o mundo deveriam unir-se em torno desse propósito.

De modo semelhante a Raúl Prebisch (1901-1986) - o qual teve uma longa atuação junto à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU -

que advogava em seus escritos que a forma de consubstanciar desenvolvimento econômico e distribuição da renda passava pelo aumento da produção da terra (Prebisch, 1968, p.50), Josué de Castro assinava que o aumento da produtividade nos países do continente deveria ocorrer não só na indústria mas também na agricultura<sup>15</sup>. A dificuldade de que isso ocorresse estava dada por uma ausência de desenvolvimento técnico que assolava o continente.

Segundo Castro, a América Latina vinha-se esforçando durante o século XX para construir as condições básicas para a implementação de um processo industrial, mas não era possível porque ela era tomada pela necessidade premente de exportação de seus produtos brutos. Como agem os países desenvolvidos? Forçam-na a vender a sua produção a preços vis. “Isso traduz bem a força despótica do imperialismo econômico colonial que fixa preços baixos para matérias-primas e preços altos para os produtos industriais fabricados nos países desenvolvidos” (Castro, 1959, p.228).

A tese de que a industrialização da América Latina era somente uma obsessão desarrazoada era inteiramente refutada por Josué de Castro que se aproximava, nesse e em outros pontos, de Gunnar Myrdal<sup>16</sup> que advertia sobre as condições singulares que vigiam no continente. Havia necessidade de que ocorressem, ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial e a elevação do “nível da produtividade agrícola” (Myrdal, 1967, p.394).

Castro demonstrava o quão complexo era reverter o quadro em que o continente estava mergulhado naquele momento. Interligavam-se elementos econômicos, políticos e culturais. A leitura atenta do conjunto de sua obra revela uma significativa proximidade com o economista sueco Myrdal que afirmava: “Em muitos países latino-americanos, as disparidades dos níveis de renda e de cultura entre as regiões, as ocupações e as classes sociais - que se contrapõem, naturalmente, à integração nacional e, por

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

conseqüência, obstaculizam o desenvolvimento econômico, pondo em perigo as possibilidades de alcançar formas mais maduras de democracia política, mediante um pacífico processo social - e a falta de defesa contra a contínua inflação, assinalam o fato de que o desenvolvimento da indústria manufatureira e o crescimento das cidades modernas nem sempre se fizeram acompanhar por tentativas tão entusiastas e afortunadas de incrementar a produtividade na agricultura. Talvez isso não nos devesse surpreender muito, porque, (...) as medidas efetivas, destinadas a aumentar a produtividade da agricultura estão ligadas à reforma agrária, a campanhas de alfabetização e a outras reformas políticas e sociais fundamentais, que enfrentam arraigados e poderosos interesses das classes privilegiadas da sociedade. A industrialização de que os países subdesenvolvidos necessitam é, em verdade, um esforço de

reforma social de muito mais amplitude que a concentração no crescimento da indústria manufatureira" (Myrdal, 1967, p.395).

Finalizando este artigo, deve-se assinalar que as reflexões de Josué de Castro sobre a necessidade premente de superar as condições de subdesenvolvimento da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, estavam filiadas às perspectivas que consideravam possível proceder a reformas minoradoras da miserabilidade e da fome no mundo periférico através tanto da cooperação econômica quanto da criação de um sistema de reciprocidade internacional. Sua proposta demandava uma redefinição das ações políticas dos estados nacionais em face do sistema capitalista mundial. Isso exigia "racionalidade para impulsionar o desenvolvimento e equidade na distribuição de seus frutos, sob o signo de uma irrenunciável autonomia" (Prebisch, 1987, p.151).

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

## Bibliografia

- BASTIDE, R. O messianismo e a fome. In *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro, Ascofam, 1958.
- BASTIDE, R. O outro nordeste. In *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo, Difel, 1959.
- BATES, M. O homem membro de uma comunidade biológica. In OSBORN, F. (org.) *As pressões populacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p.15-22.
- BLACK, E. R. O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. In OSBORN, F. (org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p. 71-78.
- CÂNDIDO, A. Para pensar o problema da fome. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov.1999. C6, p.6.
- CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. São Paulo, Brasiliense, 1961. V.1 e 2.
- CASTRO, J. de. *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1933.
- CASTRO, J. de. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Recife, Imprensa industrial, 1932.
- CASTRO, J. de. *Condições de vida das classes operárias*. Recife, Departamento de Saúde Pública, 1935.
- CASTRO, J. de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935a.
- CASTRO, J. de. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Rio de Janeiro, Livraria do Globo, 1937.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, J. de. *Ensaio de biologia social*. São Paulo, Brasiliense, 1959.
- CASTRO, J. de. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo, Brasiliense, 1967.
- CASTRO, J. de. *O livro negro da fome*. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- CASTRO, A. M. de. (org.) *Fome: tema proibido*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- CUNHA, E. de. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.
- HAMSUN, K. *Fome*. Lisboa, Delta, 1963.
- LEVINE, D. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- MACMILLAN, A. Só falta vontade política, diz diretor da FAO. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2002. Caderno A, p. 23. Entrevista.
- MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1997.
- MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre a população*. São Paulo, Nova Cultural, 1996. Col. Os economistas.
- MALTHUS, T. R. *Princípios de Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1996<sup>a</sup>. Col. Os economistas.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In MARTINS, J. de S. (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1986. p. 77-131.
- MINAYO, M. C. (org.) *Raízes da fome*. Rio de Janeiro, Vozes, 1985.
- MYRDAL, G. *Teoria, economia e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- MYRDAL, G. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro, Saga, 1967.
- MOORE JR, B. *Reflexões sobre as causas da miséria humana e sobre certos propósitos para eliminá-las*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- ORR, J. B. Prefácio à Edição inglesa. In Castro, J. *Geopolítica da fome*. São Paulo, Brasiliense, 1961. p. 13-17.
- OSBORN, F. Superpopulação e seleção genética. In *As pressões da população*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p.43-58.
- PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.
- PREBISCH, R. *A crise do desenvolvimento argentino: da frustração ao crescimento vigoroso*. São Paulo, Vértice, 1987.
- SANTOS, M. Josué de Castro e a Geo-



grafia da fome. In Castro, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 29-30.

SEARS, P. B. O ambiente americano. In OSBORN, F. (org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro, Zahra, 1965. p. 32-41.

SILVA, T. E. Magno da. Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro. *Cronos: Revista do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v.1, n.2, p.73-92, jul. dez.2000.

SILVA, T. E. Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Tese de doutoramento. São Paulo, Puc, 1998.

SINGER, P. Efeitos da crise econômica sobre o Estado de nutrição dos brasileiros. In Minayo, M. C. (org.) *Raízes da fome*. Petrópolis, Vozes, 1985. p.50-57.

SOARES, J. A. Castro foi precursor da linha de trabalho de Sen. *Jornal do Commercio*. Recife, 18 out. 1998. Caderno Economia.

SOROKIN, P. A. *Hunger as a factor in human affairs*. Gainesville, University Press of Florida, 1975.

STEINBECK, J. *As vinhas da ira*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

TOBELEM, A. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro, Leitura, 1974.

VALENTE, F. L. S. Reunião não garantiu nem direito à alimentação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2002. Caderno A, p.11. Entrevista.

VOGT, W. *El camino de la supervivencia*. Buenos Aires, Sudamericana, 1951.

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

Notas

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa intitulada *Aspectos múltiplos da mudança social no Brasil: as interpretações de Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre e Josué de Castro*.

<sup>2</sup> O prêmio Nobel da Paz John Boyd Orr afirmava no prefácio à obra *Geopolítica da fome* que Josué de Castro dava ao termo fome uma acepção mais ampla do que a inanição absoluta. Toda carência alimentar prejudicial ao pleno desenvolvimento físico e mental do indivíduo era definida como estado de desnutrição agudo ou crônico (ORR, 1961, p.14).

<sup>3</sup> William Vogt afirmava que os EUA teriam contribuído mais para o bem-estar da humanidade se tivessem investido milhões de dólares na criação de anticonceptivos ao invés da bomba atômica. Somente a contenção do crescimento populacional poderia fomentar um nível de vida melhor no mundo todo (VOGT, 1951, p.28).

<sup>4</sup> "Se a divisão do trabalho na indústria era boa para a produtividade, argumentou Smith, era terrível para o bem-estar dos trabalhadores industriais (...) Até mesmo a melhoria do padrão de vida efusivamente elogiada por Smith tornou-se problemática nas análises de Ricardo, que mostrou como o funcionamento da moderna economia de mercado produzia uma classe trabalhadora cada vez mais empobrecida. Marx combinou ambas as denúncias em seu diagnóstico do inexorável empobrecimento da classe trabalhadora sob o moderno capitalismo" (Levine, 1997, p.275).

<sup>5</sup> O termo lombrosiano refere-se à teoria criminalista do médico legista italiano Cesare Lombroso (1835-1909). Sua obra principal intitulada *Uomo delinquente*, de 1876, desenvolvia, a partir de influências darwinistas, a tese do criminoso-nato, o qual era o indivíduo que fatalmente praticaria crimes, já que ele era tomado por impulsos congênitos.

<sup>6</sup> Em 2002, Flávio Luiz Schieck Valente que participou da reunião convocada pela cúpula da ONU para combater a fome, a qual fracassou inteiramente, dizia que não foi aprovado sequer o direito à alimentação. Isso teria ocorrido "por pressão dos EUA e do Reino Unido. O código de conduta foi reduzido a uma proposta de um mero conjunto de orientações voluntárias para implementar o direito à alimentação" (Valente, 2002, p.11).

<sup>7</sup> Em 2002, Andrew MacMillan, diretor da FAO, fez uma afirmação que evidencia uma não-mudança para melhor na atitude dos países ricos em relação ao combate à fome. Repetia-se o que Josué de Castro presenciou quando esteve na presidência daquele organismo internacional em meados do século XX. MacMillan afirmava: "Já fui criticado por dizer que o fato de a fome existir se deve basicamente à incompetência ou à negligência. Nós sabemos muito bem o que fazer, só falta vontade política" (MacMillan, 2002, p.23).

<sup>8</sup> No campo da literatura ele citava dois autores que haviam contribuído para demonstrar que a fome poderia permanecer de modo trágico mesmo em países que se industrializavam: John Steinbeck (2002) e Knut Hamsun (1963). Ambos nobel de literatura nos anos de 1962 e 1920 respectivamente.

<sup>9</sup> A FAO (Food and agriculture organization) é um departamento da ONU que foi criado em 1945. Sua sede é em Roma. Com 180 países fazendo parte, é ela uma organização internacional que funciona como um órgão diretivo que toma as decisões através de conferências que reúnem representações dos diversos países. O senegalês Jacques Diouf é o diretor geral para o período 2000-2003. Na atualidade, algumas ONGs têm criticado duramente a atuação da FAO. Gino Strada, da ONG Emergency, em entrevista ao Jornal Corriere della Serra, afirmou que nos últimos anos as gestões da Onu e de outros organismos internacionais são arcaicas, burocráticas

Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro

Maria José de Rezende

e clientelistas (Entrevista publicada em [www.prime.org.br/pimenet/mundoemissao/fomefao.html](http://www.prime.org.br/pimenet/mundoemissao/fomefao.html). Disponível em agosto de 2002).

<sup>10</sup> Josué de Castro, em diversos momentos de sua análise, apoiava-se em Roger Bastide e Euclides da Cunha para dar substância as suas reflexões sobre a natureza de alguns fenômenos sociais, tais como o cangaço e o messianismo (Bastide, 1958; 1959; Cunha, 1995).

<sup>11</sup> Em *Geopolítica da fome*, Josué de Castro faz uma exposição detalhada da fome no Egito, desde a antiguidade.

<sup>12</sup> O fracasso da reunião convocada pela FAO/ONU em 2002, em que a maioria dos líderes dos países desenvolvidos nem sequer compareceu, revela que as dificuldades de combate a fome permanecem intocadas. As possibilidades de mudar o curso do processo social através da implementação de uma economia mundial mais humanitária, conforme defendia Josué de Castro, parecem na atualidade cada vez mais distantes num contexto em que, no mínimo, 800 milhões de pessoas vivem situações de fome crônica ou aguda. Tomando a população do planeta como referência, pode-se dizer que atualmente 01 em cada 07 não se alimenta por razões de miserabilidade e de pobreza.

<sup>13</sup> No artigo *O papel da juventude na reconstrução do mundo*, Josué de Castro

afirmava que o educador deveria se ater, essencialmente, às possibilidades de orientar a ação e os esforços dos jovens para mudar a condição humana. Em todos os âmbitos deveriam emergir idéias, pensamentos e ações de caráter progressista (Castro, 1959, p.153).

<sup>14</sup> Esse aumento do consumo deveria, no entanto, ter um caráter orientado para uma melhor equalização do acesso a produtos que ampliassem a produção nacional. Não significava a ampliação do consumo de bens de luxo para as classes mais altas. Prebisch afirmava: "Com efeito se limitássemos o consumo das camadas superiores, de sorte que não excedesse de 11 vezes o das inferiores, poderíamos passar de uma taxa de 1% anual de crescimento da renda por habitante a uma taxa de 3%; e se reduzíssemos a diferença de 9 vezes, a taxa anual poderia subir a 4% por habitante" (Prebisch, 1968, p.43).

<sup>15</sup> Myrdal afirma que "a industrialização cria uma tecnologia que pode ser aplicada à agricultura; contudo, o contrário jamais ocorre" (Myrdal, 1967, p.394).

<sup>16</sup> Assim como Josué de Castro, o economista sueco Myrdal também teve uma longa atuação junto a ONU, tendo sido assessor econômico daquele organismo internacional por mais de dez anos.

Colonialismo,  
subdesenvolvimento  
e fome em  
Josué de Castro

Maria José  
de Rezende

